



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO REGIME JURÍDICO DE GESTÃO DO ARVOREDO URBANO

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 08MUNAMM25

CONSULTA PRÉVIA

CONVITE



ÍNDICE

1. Identificação do procedimento	3
2. Entidade adjudicante	3
3. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
4. Fundamento da escolha do procedimento	3
5. Modo e prazo de apresentação da proposta	3
6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento	4
7. Documentos e elementos que constituem a proposta	4
8. Apresentação de propostas variantes	5
9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	5
10. Documentos de habilitação	5
11. Negociação	6
12. Critério de adjudicação.....	6
13. Assinatura eletrónica	7
14. Legislação aplicável	7
15. Lista de anexos.....	7
ANEXO I	8
ANEXO II	10
ANEXO III	11
ANEXO IV.....	12



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

I. Identificação do procedimento

1. O presente procedimento segue a tramitação da consulta prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), sendo designado por “**Elaboração dos instrumentos de gestão do regime jurídico de gestão do arvoredo urbano**”.
2. Os serviços objeto do presente procedimento são classificados com o código 77231000-8 (Serviços de gestão florestal), de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV).

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt

3. Órgão que tomou a decisão de contratar

Para os efeitos do n.º I do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar consta no despacho de 06 de fevereiro de 2025 do Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º I do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, conjugado com o disposto na parte final do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente convite é efetuado ao abrigo da consulta prévia, de acordo com o disposto na alínea c), n.º I do artigo 20.º do CCP.

5. Modo e prazo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.



A proposta deve ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/> até às 23h59 do sexto dia a contar do envio do convite.

A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida anteriormente.

O prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

6. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Divisão Municipal de Gestão Urbanística e Ambiente, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7. Documentos e elementos que constituem a proposta

As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos e elementos:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o **Anexo I** do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
2. Documentos que contenham os atributos da proposta:
 - I. Proposta contratual, que deve obedecer ao disposto no n.º I do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e que pode ser elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante.



3. Documento que contenha a descrição da Prestação do Serviço, assim como a indicação do valor do Serviço por mês e o valor total da Proposta (Preço Proposto), de acordo com o qual o Convidado se dispõe a contratar;
4. Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente, utilizando o formulário constante do **Anexo II** ao presente programa de procedimento.
5. Certidão permanente e se aplicável procuração;
6. Quaisquer outros documentos que o(s) concorrente(s) considere(m) relevantes, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, para melhor esclarecimento dos atributos da(s) proposta(s).

Os preços não incluem IVA e são indicados em euros e em algarismos, até duas casas decimais.

A proposta mencionará expressamente que aos preços acresce IVA à taxa legal em vigor.

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante o período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.

Não é permitida a apresentação de proposta com alterações das cláusulas do caderno de encargos.

Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta são suportados integralmente pelo concorrente.

8. Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

9. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10. Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:



- a) Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, e que constitui o **Anexo IV** do presente convite, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Comprovativo do registo central de beneficiário efetivo, nos termos do n.º I do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- e) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º I do artigo 115.º do CCP.

11. Negociação

Não haverá lugar a negociação das propostas.

12. Critério de adjudicação

- I. Nos termos da alínea b), n.º I do artigo 74.º do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade



monofator, determinada pela avaliação do preço mais baixo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2. Para cumprimento do n.º 4 do art.º 74º do CCP, é definido o sorteio como critério de desempate.

13. Assinatura eletrónica

Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

14. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

15. Lista de anexos

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II – Informação geral do concorrente.

Anexo III - Proposta contratual.

Anexo IV - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos



comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

INFORMAÇÃO GERAL DO CONCORRENTE

[a que se refere n.º 4 do ponto 7 do presente convite]

ANEXO II
Informação geral do concorrente

1. Identificação do concorrente (se agrupamento, identificação do representante do agrupamento)						
Denominação Social:						1
Morada (Sede Fiscal):						2
Localidade:						3
Código Postal:		Concorre em Agrupamento:				
	4					12
País:						
	5					
NIPC:						
	6					
Capital Social:						
	7					
Matrícula Cons. Reg. Comercial de:						
	8					
Sob o Número:						
	9					
CAE N.º:						
	10					
Região (NUTS II):						
	11					

3. Identificação dos órgãos sociais						
(insere mais linhas, caso seja necessário)						
Prestador de serviços	Nome do representante	Função	NIF N.º	CC N.º	Telefone	E-mail
(Em caso de agrupamento, indicar entidade)	(Assina o procedimento pré-contratual e o contrato)	(Cargo do Representante)	(Inserção do Número)	(Inserção do Número)	(N.º Geral da Entidade)	(E-mail geral da Entidade)

4. Dados de contacto para o procedimento pré-contratual	
Responsável de contacto:	
	13
Cargo do responsável:	
	14
Contacto telefónico:	
	15
E-mail:	
	16

5. Dados de contacto para a gestão do contrato	
Responsável de contacto:	
	17
Cargo do responsável:	
	18
Contacto telefónico:	
	19
E-mail:	
	20



ANEXO III

Minuta da Proposta

[a que se refere n.º 2 do ponto 7 do presente convite]

..... (indicar nome, contribuinte, morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Consulta Prévia para **“Elaboração dos instrumentos de gestão do regime jurídico de gestão do arvoredo urbano”**, obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições:

Preço Contratual (Total) de:€. (numerário e por extenso);

Etc.....;

Etc.....

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de%.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Tribunal territorialmente competente com expressa renúncia qualquer outro.

... (local), ... (data), ... [assinatura]..



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

I — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

